

Geografia, globalização e cidadania

Márcio Piñon de Oliveira

Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense

Resumo: O acentuado processo de desenvolvimento da economia capitalista vem impondo uma nova lógica espacial às sociedades, tornando a relação entre as diferentes escalas territoriais mais complexa. A globalização, expressão corrente deste momento, enfraquece a cidadania que tem como referência o Estado Nacional, ao mesmo tempo em que valoriza o nível local, e, portanto, o papel dos lugares nas redes mundiais. Por um lado, perde força a idéia do cidadão como sujeito, como ator da ação política, individual ou coletiva, na sociedade, por outro, ganha força a idéia do cidadão como indivíduo autônomo, consumidor e usuário de além fronteiras, o cidadão do “mercado-mundo” e suas redes.

Palavras chaves: Geografia; globalização; cidadania.

O conceito de *cidadania* percorreu uma trajetória muito diversa e qualitativamente distinta da noção que temos dele nos dias atuais. De uma noção restritiva e seletiva na sociedade grega, porque assim o era também o caráter de sua democracia, a cidadania assume hoje uma dimensão ampla e cada vez mais universal, porém, extremamente abstrata.

O nexos político da cidadania entre a população, o Estado e o seu território, que no passado teve como referência a cidade (polis) ou cidade-Estado, deslocou-se na democracia moderna (contratual) para o Estado-nação. Sua qualidade passou a ser dada pela nacionalidade e os seus limites territoriais pelos contornos geográficos das fronteiras nacionais.

Após a Segunda Guerra Mundial o chamado “Estado do Bem Estar Social” (*Welfare State*) aliou a cidadania ao caráter provedor que assumia o Estado, no qual os direitos sociais (a educação, a saúde e outros serviços) passaram a ter um peso importante na condição e qualidade do ser cidadão.

A partir dos anos 80 o modelo cívico de cidadania consagrado na Revolução Francesa, e ajustado ao contexto do pós-guerra, entrou em franco processo de crise no mundo, sobretudo em função:

- a) da desmontagem do “Estado do Bem Estar Social” ou *l’Etat providence* nos países ditos desenvolvidos, com extensão aos países em desenvolvimento - onda neoliberal;
- b) do fim da bipolarização político-ideológico-econômica do mundo que, em certa medida, forçava a presença de Estados com perspectiva mais social nos países capitalistas para fazer frente ao modelo socialista (estatal) de sociedade;
- c) do acentuado processo de globalização da economia e da cultura que impõe uma nova lógica, complexificando as escalas territoriais e pondo em questão pressupostos básicos do Estado-nação como os da nacionalidade e da representação política;
- d) da exarcebação do “individualismo”, fortemente estimulado pelas sociedades de consumo que romperam limites impostos pelas fronteiras nacionais para galgar o mundo e seus mercados como um todo.

Este último ponto, em especial, tem se tornado um traço comum à grande maioria dos países, cuja mensagem é a de que “ser cidadão é ser ou poder ser antes de tudo consumidor”. Se a expansão e a intensificação do consumo e sua ideologia no mundo tem uma face que se apresenta como democrática, com a extensão a um número maior de pessoas de bens e serviços modernos, por outro, e contraditoriamente, a outra face, nada democrática, tem aumentado a concentração de riqueza e ampliado a exclusão social e a violência, sobretudo nas áreas de grandes aglomerados urbanos.

O contexto da globalização

Para Wallerstein (1993), o mundo de hoje encontra-se integrado por um único sistema econômico - o capitalismo - que inclui também os Estados ou as sociedades ditas socialistas. Esta matriz comum à realidade contemporânea, denominada por ele de “sistema mundo” (*world-system*), que se originou a partir de fins do século XV e início do século XVI, constitui-se numa economia-mundo (*world-economy*), não por englobar o mundo como um todo, como uma unidade jurídico-política, mas por integrar economicamente as suas diferentes partes ou unidades políticas (Estados-nações) através do mercado e da divisão do trabalho.¹

Em 400 anos, sua sucessiva expansão transformou a economia-mundo capitalista de um sistema localizado inicialmente na Europa em um fenômeno que cobre todo o planeta (Wallerstein, apud Waters, 1995). Mais recentemente, esta economia-mundo vem expandindo os limites geográficos do sistema como um

todo e mudando, significativamente, a relação das pessoas com o tempo e o espaço.

Ao contrário de Immanuel Wallerstein, que centra a sua análise nos mecanismos da expansão e da integração econômica, Robertson (1994), outro autor que trata o tema, colocará sua ênfase sobre os aspectos culturais. Para ele o argumento do *world-system* somente pode vir a ser uma teoria da globalização se incorporar à sua análise a dimensão cultural também como um sistema. No seu entender, a cultura se apresenta como um ponto de clivagem e diferenciação do “sistema-mundo”, concebido como um sistema social, fornecendo os próprios limites da sua expansão. Tal fato pode ser observado, por exemplo, na questão islâmica, bem como em muitos movimentos étnico-nacionais que ocorrem na atualidade. Neste sentido, não há uma integração do mundo como um todo e sim uma compreensão e uma consciência de unidade, cada vez maior, do mundo como todo. É nestes termos que o autor situa a globalização. Ressalta, entretanto, que “o processo de globalização não é novo, ele antecede à modernidade e à ascensão do capitalismo. Contudo, a modernização tende a acelerar a globalização e o processo de elevação do seu nível de consciência no período contemporâneo” (Robertson, 1994, p.58). Assim, caminhamos para uma “*global culture*”, no sentido holístico da expressão.

Em Giddens (1990a, p.64), uma outra perspectiva importante irá se juntar à visão de globalização. No seu dizer, a globalização pode

“ser definida como a intensificação das relações sociais largamente sobre o mundo que ligam localidades distantes, de tal modo que os acontecimentos locais são formados por eventos que ocorrem há muitas milhas dali e vice versa. Esse é um processo dialético [...] A transformação local é tanto mais parte da globalização quanto a extensão lateral das conexões sociais atravessarem tempo e espaço.”

Tal perspectiva introduz no enfoque da globalização a dimensão tempo-espaço, na medida em que estabelece uma interconexão e interdependência entre os eventos em suas diferentes escalas - do local ao global - cujas relações não necessariamente precisam ser mediadas pelo nível do Estado-nação. Desse modo, as transformações locais são parte do processo de globalização, bem como ajudam a explicá-lo ao nível global. A globalização é, assim, para Anthony Giddens, um processo multicausal e multisustentado, pleno de contingências e incertezas, ao mesmo tempo em que “é um processo de desenvolvimento desigual que tanto fragmenta quanto coordena” (1990a, p.175).

Outro ponto importante no debate da globalização é o da crise do Estado-nação, ou do declínio (mudança) do seu papel. Tanto Robertson quanto Giddens são unânimes em ressaltar a importância do Estado-nação na constituição do “sistema-mundo” capitalista e da sociedade moderna. Para Giddens, por exemplo,

“o Estado-nação capitalista é a sociedade moderna por excelência e o processo de globalização está estreitamente ligado ao seu desenvolvimento” (Giddens, apud Waters, 1995, p.48).

O paradoxo é que o Estado-nação tornou-se um modelo internacional de organização político-sócio-cultural que hoje se choca com os rumos tomados pelo processo de modernização que ele próprio impulsionou. Assim como a economia e suas grandes corporações, o Estado-nação também vem se tornando uma “instituição transnacional”, na medida em que tem que contemplar, cada vez mais, em suas políticas, os interesses dos capitais que abriga numa escala global (Spybey, 1996, p.63-64). No dizer de Ianni (1993, p.44), “os movimentos do capital, tecnologia, força de trabalho, *know-how* empresarial etc., em escala mundial, transformam as sociedades nacionais em dependências da sociedade global”.

Alguns autores chegam a fazer alusão a um “sistema internacional de Estados” *in statu nascendi* (Waters, 1995, p.39), outros a “uma sociedade civil mundial” em processo de formação (Lévy, 1996b, p.25-69), mas nada se pode afirmar, ainda, seguramente, neste sentido. O que é certo mesmo é que, assim como a economia e a cultura, a política tende, também, a assumir, progressivamente, uma dimensão transnacional e o atual sistema de relações internacionais entre os Estados já apresenta os seus limites face ao processo de globalização.

Uma perspectiva geográfica: globalização e redes

Numa compreensão dialética do processo de globalização, que articula o global com o local, inscreve-se também o geógrafo Milton Santos. Para ele,

“o movimento de racionalização da sociedade que marcou o século das luzes e o início da revolução industrial foi, pouco a pouco, ocupando todos os recantos da vida social e alcança, agora, um novo patamar, com o que podemos chamar de racionalização do espaço geográfico [...] Essa nova etapa do processo secular de racionalização é essencialmente devida à emergência de um meio técnico-científico-informacional, que busca substituir o meio natural e o próprio meio técnico, produz os espaços da racionalidade e constitui o suporte das principais ações globalizadas.” (Santos, 1996, p.266).

No seu entender, falar no *Mundo* como um espaço inteiramente globalizado é pura abstração, pois “do mesmo modo que não há um tempo global, único, mas apenas um relógio mundial, também não há um espaço global, mas, apenas, espaços da globalização, espaços mundializados reunidos por redes” (Ibid., p.268).

As redes, segundo Milton Santos, são mistas, incluindo materialidade e ação, e globais, pois transportam o universal ao local,

“unindo pontos distantes numa mesma lógica produtiva. É o funcionamento vertical do espaço geográfico contemporâneo [...]

A rede técnica mundializada atual é instrumento da produção, da circulação e da informação mundializadas [...] No meio local, a rede praticamente se integra e dissolve através do trabalho coletivo, implicando um esforço solidário dos diversos atores. Esse trabalho solidário e conflitivo é, também, co-presença num espaço contínuo, criando o cotidiano da contiguidade. A esse recorte territorial, chamamos de horizontalidade, para distingui-lo daquele outro recorte, formado por pontos que chamamos de verticalidade. Nesses espaços da horizontalidade, alvo de freqüentes transformações, uma ordem espacial é permanentemente recriada, onde os objetos se adaptam aos reclamos externos e, ao mesmo tempo, encontram, a cada momento, uma lógica interna própria, um sentido que é seu próprio, localmente constituído. É assim que se defrontam a Lei do Mundo e a Lei do Lugar (Ibid., p.268-69).

Esse duplo movimento, do mundo e do lugar, ocorre de modo sincrônico e coexistente, podendo somar ou subtrair objetos e ações em seu conjunto. Em última análise, e empiricamente falando, ele se realiza através dos lugares e suas interconexões territoriais. Assim, a rede não substitui nem os lugares, nem os territórios, “ela se insere, acentua as polarizações, as interconexões, acrescentando o deslocamento em tempo real dos fluxos de informação aos deslocamentos físicos dos homens e das mercadorias” (Musso, apud Santos, 1996, p.268).

Nesse sentido, Santos acrescenta que

“através das redes, podemos reconhecer, grosso modo, três tipos ou níveis de solidariedade, cujo reverso são outros tantos níveis de contradições. Esses níveis são o nível mundial, o nível dos territórios dos Estados e o nível local [...]

O *mundo* aparece como primeira totalidade, empiricizada por intermédio das redes. É a grande novidade do nosso tempo, essa produção de uma totalidade não apenas concreta, mas, também empírica.

A segunda totalidade é o *território*, um país e um Estado - uma formação socioespacial -, totalidade resultante de um contrato e limitada por fronteiras. Mas a mundialização das redes enfraquece as fronteiras e compromete o contrato, mesmo se ainda restam aos Estados numerosas formas de regulação e controle das redes.

O *lugar* é a terceira totalidade, onde fragmentos da rede ganham uma dimensão única e socialmente concreta, graças à ocorrência, na

contigüidade, de fenômenos sociais agregados, baseados num acontecer solidário, que é fruto da diversidade e num acontecer repetitivo, que não exclui a surpresa (Ibid., p.215, ênfases nossas).

Em suma, “as redes são um veículo de um movimento dialético que, de uma parte, ao Mundo opõe o território e o lugar; e de outra parte, confronta o lugar ao território tomado como um todo” (Ibid., p.215).

A partir daí, podemos inferir a existência de um processo mais geral, onde o mundo se torna cada vez mais mundo, quer como sistema, como objeto de compreensão cultural ou como materialidade e ação que articulam através das redes o universal ao local; e outro de caráter mais específico e concomitante onde o território é o seu ponto de clivagem, com rebatimentos que se estendem até ao lugar. Desse modo, o território se constitui tanto ao nível do Estado-nação quanto ao nível local, uma mediação necessária que (re)coloca limites, interseções e contradições para as ações globalizadas.

Assim sendo, como a cidadania moderna implica um *contrato*, um *pertencimento* e uma *noção de mundo* que choca o universal com os diferentes particularismos, regionalismos e localismos, temos aí, exatamente, as zonas de fricção desta com a globalização.

As diferentes escalas do impacto da globalização na cidadania

Ao nível do mundo, as ações globalizadas cortam transversalmente os territórios dos Estados nacionais desconstruindo e desregulando certas estruturas que impedem o funcionamento do sistema, suas redes e seus mercados. Ideologicamente, o indivíduo é valorizado como consumidor, usuário ou cliente que tem “o mundo ao seu dispor” - o “cidadão do mercado-mundo”. Ao nível do Estado-nação se enfraquece ou se reforça, dependendo do caso, a noção de pertencimento e soberania nacional, tão marcante no contrato de cidadania que emerge da Revolução Francesa.

Por fim, ao nível local, temos uma (re)valorização das cidades e dos lugares onde efetivamente as ações globalizadas e sua ideologia ganham vida e se realizam territorialmente. As cidades que se encontram inseridas nas redes mundiais passam a ser vistas como “uma grande mercadoria”, objeto de *marketing*, que devem assumir uma nova configuração territorial para adequar-se à lógica e aos interesses do mercado mundial.

Dentre as mudanças promovidas pelo processo atual de globalização, *duas* merecem destaque pelas implicações no modelo cívico-territorial da cidadania dominante:

- a) a reemergência da questão das nacionalidades como referência político-territorial da cidadania;

- b) a redefinição das escalas territoriais, com a revalorização da escala local e sua interconexão e interdependência com a escala mundial.

O fato é que a mudança que vem se processando no papel do Estado-nação tem tornado os atributos de sua geografia insuficientes, na medida que não dispõe de dispositivos capazes de conter e regular sua economia cujos mecanismos escapam às fronteiras nacionais. Acresce que o neoliberalismo, radicalizou a figura do *homo economicus* e do seu individualismo, contribuindo para dissolver os elos políticos do indivíduo com o seu território. O *homo economicus*, ao ultrapassar os limites das fronteiras nacionais, faz aumentar a mobilidade do capital e também do trabalho; crescem os não-cidadãos e os cidadãos imperfeitos, migrantes e clandestinos.

Para Smith (1989, p.144), o debate da cidadania hoje está fortemente marcado pela crise de um modelo de cidadania com base nos direitos sociais desenvolvida e difundida no pós-guerra através do *Welfare State*.² Nesse modelo, transferiu-se para o Estado e sua intervenção na sociedade o pólo principal da cidadania. Aos direitos naturais e políticos, centrados no indivíduo e na sociedade, acresceu-se direitos sociais que são, ao mesmo tempo, obrigações do Estado para com o cidadão.

Os anos 80 assinalam esta crise e a emergência daquilo que é chamado a *nova direita* em confronto com a *velha esquerda*. A ascensão de Thatcher e de Reagan ao poder demarcam este tempo e o retorno do paradigma liberal de cidadania (Smith, 1989, p.145).

Essa situação promoveu um realinhamento dos limites entre indivíduo, sociedade civil e Estado. Esse realinhamento é pontuado pela involução de movimentos sociais tradicionais, a exemplo do movimento trabalhista e operário, e o surgimento e crescimento de novos movimentos sociais com novos atores. Este realinhamento é acompanhado, no campo econômico, por uma flexibilização/desorganização do capitalismo no que se convencionou chamar de pós-fordismo, por uns, e pós-modernismo, por outros (Ibid., p.145).

A desregulamentação da economia, a flexibilização do trabalho e desinstitucionalização da família como célula da vida social fazem recuar direitos sociais básicos em todo o mundo e ameaçam direitos civis elementares, consagrados como direitos universais do homem.

Na última década cresceu o interesse pela noção de cidadania, palavra esta recentemente recolocada no debate político como uma "*buzz-word*" (Ibid., p.147). Nesse debate, a formulação conservadora, que retoma a vertente liberal de cidadão, enfatiza, por um lado, os deveres e a subserviência à nação - e através dela, à ordem mundial - mais do que os direitos sociais, a organização da sociedade e as concessões do Estado. Por outro, estimula o individualismo e a instituição do mercado, onde, segundo este pensamento, as ações aparentemente

descoordenadas dos indivíduos encontram seu equilíbrio, promovendo uma ordem econômico-social de acumulação espontânea de escolhas racionais.

Como crítica a essa visão de uma “mundialização espontânea”, Paraire (1996) aponta a existência de uma gestão centralizada do capital global, que “age no sentido de uma concentração de poderes e da coordenação de decisões” (p.10-12), através de grandes instituições mundiais de regulação financeira - como o FMI, o Banco Mundial, o G7, a OCDE, os Bancos centrais. Esta ação coordenada se combina com a atuação individual de grandes investidores que detêm, sozinhos, uma parcela significativa de poder capaz de ditar e influenciar políticas de Estados e determinar acordos econômicos, impondo condições para as suas realizações, a exemplo de George Soros e Bill Gates (Ibid., p.15). Assim, conclui o autor que, no lugar da simpática idéia de um “*village-monde*”, como se imaginou nos anos 60, o que temos hoje, para este autor, é a construção de um “*château monde*” edificado e administrado por estas instituições que tiveram sua origem em Bretton Woods.

Neste sentido, para estas grandes instituições financeiras mundiais e megainvestidores, que comandam grandes corporações econômicas e mercados, os contratos e acordos firmados entre partes (empresas, associações, governos) devem estar acima de qualquer *contrato social* que rege as relações entre os indivíduos de um Estado-nação, e devem ser cumpridos a qualquer preço para não desestabilizar a economia mundial. Assim sendo, o “sistema dinheiro” se tornou um fim em si mesmo. Não é mais subsidiário do Estado e da sociedade, mas ao contrário é o ponto de partida e o objetivo último das relações entre os homens. Desse modo, estamos diante da ausência de um princípio ético regulador das relações humanas da qual somos prisioneiros. E é nesta trama que se inscreve hoje, de forma profunda, a questão da cidadania.

Por um lado, reforça-se a idéia do cidadão como indivíduo autônomo, produtor, consumidor e usuário de além fronteiras, o cidadão do “mercado-mundo” e suas redes. Por outro, perde força a idéia do cidadão como sujeito, como força de ação política individual ou coletiva na sociedade, e vínculos territoriais mais duradouros, definidos por uma comunidade e/ou Estado-nação.

A não-justaposição das escalas do econômico, do político e do cultural com os contornos do território nacional, bem como a subordinação do *homo politicus* e do *homo socialis* ao *homo economicus*, recolocam o espaço no centro da cena. Em suma, o nexos político da cidadania encontra-se partido e os seus elos com o território e os homens em redefinição nas diferentes escalas, a começar pela global.

Recebido para publicação em 12 de maio de 2000

Notas

¹ O sentido dado aqui por Wallerstein ao termo *economia-mundo* difere daquele empregado por Braudel, em seu trabalho *Le temps du monde*. Este último faz uma distinção entre *economia mundial* e *economia-mundo*: “Por *economia mundial* entende-se a economia do mundo considerada em seu todo, o ‘mercado de todo o universo’, como já dizia Sismondi. Por *economia-mundo*, palavra que forjei a partir do vocábulo alemão *Weltwirtschaft*, entendo a economia de somente uma porção do nosso planeta, na medida em que essa porção forma um todo econômico” (Braudel, 1987, p.68).

² Para uma discussão a respeito da crise do *Welfare State* e seu impacto sobre a cidadania, ver também Culpit, 1992 e Dean, 1996.

OLIVEIRA, Márcio Piñon de. Geografía, globalización e ciudadanía. *Terra Livre*, São Paulo, n.15, p.155-164, 2000.

Resumen: El fuerte desarrollo de la economía capitalista impone una nueva lógica espacial a las sociedades contemporáneas, complejizando la relación entre las diferentes escalas territoriales. La globalización, expresión corriente de estos momentos, debilita la ciudadanía que tiene como referencia el Estado Nacional. Al mismo tiempo se valoriza el nivel local y, por lo tanto, el papel de los lugares en las redes mundiales. Por un lado, la idea del ciudadano como sujeto, como actor de la acción política, individual y colectiva pierde fuerza, por otro, gana ímpetu la idea del ciudadano como individuo autónomo, consumidor y usuario más allá de las fronteras, el ciudadano del “mercado-mundo” y sus redes.

Palabras clave: Geografía, globalización, ciudadanía.

OLIVEIRA, Márcio Piñon de. Geography, globalization and citizenship. *Terra Livre*, São Paulo, 15:155-164, 2000.

Abstract: The intensified process of development of the capitalist economy has imposed the society a new sense of space, which makes the relationship between the different territorial scales much more complex. Globalization, an expression frequently employed nowadays, weakens the sense of citizenship which is referred to the idea of the National State, at the same time that it reinforces the meaning of the locality and, therefore, the role of places in the world networks.

On the one hand, the idea of the citizen as the protagonist of the political action, individual or collective, in society, loses its powerful meaning; on the other hand, comes into force the idea of the citizen as an autonomous individual, consumer of ideas born elsewhere, the citizen of the “world market” and of its networks.

Key words: Geography, globalization; citizenship.

Bibliografia

BRAUDEL, Fernand. *A dinâmica do capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

- CULPIT, I. *Welfare and citizenship: beyond the crisis of the welfare state?* London/Newbury Park/New Delhi: Sage, 1992.
- DEAN, H. *Welfare, law and citizenship*. London/New York: Prentice Hall/Harvester Wheatsheaf, 1996.
- GIDDENS, Anthony. *The consequences of modernity*. Cambridge: Polity, 1990a.
- _____. "Class division, class conflict and citizenship rights". In: *Profiles and critiques in social theory*, London: Macmillan, 1982b.
- IANNI, Octavio. *A sociedade global*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- LÉVY, Jacques. *L'espace légitime: sur la dimension géographique de la fonction politique*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1994a.
- _____. *Le monde pour Cité*. Paris: Hachette, 1996b.
- MARSHALL, T. H. *Citizenship and social class*. 2.ed. London: Pluto Press, [1950] 1992.
- PARAIRE, Philippe. *Le "village-monde" et son château: essai contre le FMI, l'OMC et la Banque mondiale*. Paris: Le Temps des Cerises, 1995.
- ROBERTSON, Roland. *Globalization, social theory and global culture*. 3rd ed. London/Thousand Oaks/New Delhi: SAGE, 1994.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.
- SMITH, Susan. Society, space and citizenship: a human geography for the 'new times'? *Transactions*, London, Institute of British Geographers, 14 (2): 144-156, 1989.
- SPYBEY, Tony. *Globalization and world society*. Cambridge: Polity, 1996.
- WALLERSTEIN, Immanuel. World-Systems analysis. In: GIDDENS, Anthony & TURNER, Jonathan (Ed.). *Social theory today*. 4th ed. Cambridge: Polity, 1993, p.309-24.
- WATERS, Malcolm. *Globalization*. London/New York: Routledge, 1995.